

Imagem no Brasil

Edna Gusmão de Góes Brennand
Emmanoel de Almeida Rufino

A ciberdemocracia reinventa a democracia

Foto de Anna Dantes

Junho de 2013, Brasil: milhões de pessoas foram às ruas manifestar sua inquietação contra várias nuances controversas da política. Com um apelo apartidário, múltiplos rostos, expectativas e discursos, forjou-se um cenário pouco visto na história brasileira, com tamanha ressonância que fez o olhar do parlamento brasileiro se voltar às ruas, “preocupado” em perceber suas demandas, mesmo que para reforçar o *status quo* de suas práticas e privilégios. Esse destacado fato social não está isolado na história recente, ao menos no que tange aquilo que lhe tornou possível: a articulação das pessoas a partir das mídias sociais.

Em meio ao atentado terrorista que vitimou integrantes do jornal francês Charlie Hebdo, em 07 de Janeiro de 2015, o mundo viu

inúmeras manifestações ganharem as ruas em solidariedade aos franceses e como crítica à ideologia da violência propagada por grupos fundamentalistas. Um mês depois, as ruas argentinas viram cerca de 400 mil pessoas caminhando em direção ao Obelisco, em Buenos Aires, tecendo um encontro popular que questionava a misteriosa morte do promotor de justiça Alberto Nisman e o possível envolvimento da presidente daquele país, Cristina Kirchner.

Para além do fato de serem manifestações notórias em sua quantidade de participantes, esses três recentes fatos históricos têm em comum um detalhe crucial: a intensa articulação das pessoas viabilizada pelas mídias sociais (ciberativismo). As redes sociais “chamam” as pessoas para a rua. Foi assim que o Oriente Médio e o Norte da África viram florescer – a partir de 2010 – uma série de manifestações políticas que ficaram conhecidas como *Primavera Árabe*.

Com a popularização da internet e a expansão das redes virtuais de sociabilidade (as redes sociais), as pessoas vêm tecendo uma nova cultura de participação política, que redefine profundamente as práticas tradicionais de engajamento em temas concernentes à coletividade, como também a própria compreensão do que é “democrático” e de suas possibilidades de aplicação.

Quando foi inventada, nos idos tempos clássicos da antiga Atenas (séc. V a. C.), a democracia se revelou um distintivo movimento de encontro de pessoas e convergência de ideias. Na praça pública (*ágora*), os cidadãos deram vida a uma experiência política ímpar na história, porque enredaram um cenário de busca do bem comum por meio da participação de atores deslocados dos centros tradicionais de poder, como a aristocracia. Os cidadãos que iam à *ágora* costurar acordos e buscar consensos o faziam cientes de que a cidade-estado possuía múltiplas vozes e demandas, mas todas elas

poderiam encontrar um bom termo se o diálogo desse o tom da comunicação, aqui não mais transmissora de decretos verticais e estranhos à maioria, mas mecanismo de uma disputa (*ágon*) dialética em que “todos” ganhariam, em que todos os argumentos seriam ouvidos, mesmo que só alguns fossem acolhidos por serem considerados mais adequados àquilo que o grupo deliberou como conveniente para si (VERNANT, 2002). Era uma democracia direta, diferente da praticada nas modernas nas sociedades democráticas ocidentais, que em meio ao crescimento das cidades, viram a experiência de participação política demandar novos termos burocráticos de funcionamento: afinal, como reunir multidões cada vez maiores em espaços físicos comuns? E, se caso reuni-las fosse possível, também o seria organizar uma experiência dialógica pragmaticamente viável (em que todos pudessem falar e serem ouvidos)?

Com o advento das tecnologias digitais da informação e da comunicação, os indivíduos contemporâneos passaram a dispor de um potencial inédito na história: interagir com sujeitos diversos e distantes, em tempo real. Interagindo num fluxo célere nas redes do ciberespaço, os indivíduos redefinem o próprio conceito de cidadania, já que as antigas fronteiras geográficas ruíram em meio ao trânsito virtuais de internautas que navegam o mundo sem precisar de passaportes oficiais. Se – a rigor – a democracia tradicional demanda que os indivíduos se encontrem *tête-à-tête* e se isso se torna inviável quando o número de cidadãos não é comportado pelos espaços físicos e pelas estratégias pragmáticas de discussão coletiva, o fenômeno da internet e das mídias sociais parecem conferir à democracia um predicado novo que pode estar refundando suas bases, de modo tão notável como percebemos na *ágora* de Atenas. Articulados em redes

virtuais de comunicação, podemos interagir em tempo real sem precisarmos estar no mesmo lugar, como os antigos atenienses e os nossos representantes políticos em seus parlamentos. A própria ideia de voto pode ser repensada, deixando de ser mero marco pontual de participação política: os debates podem voltar ao “povo”, refundar a ideia de esfera pública (HABERMAS, 2003), enfraquecida com o advento das mídias de massa (no início do século XX) e com as práticas políticas de parlamentares que camuflam seus interesses privados sob a roupagem do público.

A foto em destaque carrega consigo o significado dessa mudança: o ciberespaço foi para as ruas. Os contatos virtuais nas redes sociais fazem das vias públicas novas ágoras, novos espaços de discussão, refundando a experiência de participação política dos cidadãos. As redes sociais convocam os indivíduos a um novo protagonismo para a construção de uma democracia capaz de dar visibilidade às comunidades locais e de reaproximar o governo dos cidadãos. Nesse sentido, essas experiências *ciber* redimensionam as práticas de governança nas diversas *ágoras* políticas que tecem o mundo contemporâneo, já que – como bem definiu Pierre Lévy (2002) – a ciberdemocracia é uma espécie de democracia virtual que, apesar de se configurar através do uso de ferramentas digitais de comunicação, está para além da internet, perfazendo-se na atividade dos sujeitos políticos que se comunicam e cooperam no mundo concreto, transpondo o que fazem enquanto internautas.

Diante de tudo o que dissemos, temos que considerar, contudo, que se os novos mecanismos tecnológicos amplificaram os espaços populares de participação política, eles são uma condição *necessária*, mas não *suficiente* ao desenvolvimento do ideário ciberdemocrático. A consolidação desse ideal é uma tarefa ainda *a ser construída*,

especialmente se quisermos qualificar a experiência democrática que ressoa nas ruas: os indivíduos precisam ser competentes para transformar as experiências comunicativas – que articulam na web e transpõem às ruas – em diálogos qualificados (pedra angular da democracia). Afinal, comunicar e dialogar são instâncias diferentes de ação. E qualificar os espaços de interação comunicativa e de organização política demanda que, nas redes de sociabilização, os encontros (de indivíduos, ideias, etc.) sejam tecidos, negociados e (in)validados em bases éticas de discursividade, em que a autonomia e a argumentação (em detrimento do uso da violência) configurem o perfil das tramas relacionais e seus sucedâneos políticos.

Sobre os autores:

Edna Gusmão de Góes Brennand é possui pós-doutorado em Comunicação pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, doutora em sociologia pela Sorbonne, Paris I. Professora titular da Universidade Federal da Paraíba e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA/UFPB). *Emmanuel de Almeida Rufino* é doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre em Filosofia pela mesma universidade. Atua como professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Referências:

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia.** Trad. de Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego.** Trad. de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.